

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo Class.: _____

Data: 11/12/82 Pg.: _____

Decisão de abrir a estrada no Araguaia deixa IBDF em crise

Da sucursal de
BRASÍLIA

A decisão do governo federal de autorizar a construção de uma estrada cortando o Parque Nacional do Araguaia já provocou uma crise no IBDF, com a demissão da diretora do Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, Maria Teresa Jorge Pádua — que ontem entregou carta com essa decisão ao presidente do órgão, Mário Reis, alegando motivos particulares — e da chefe da Divisão de Parques Nacionais, Ângela Trezi Nari.

Ainda ontem, 15 dos 20 técnicos do Departamento que se encontravam em Brasília assinaram carta dirigida a Mauro Reis reclamando das dificuldades que têm encontrado para adequar seus princípios profissionais às posições assumidas pelo IBDF.

A exposição de motivos do projeto da estrada, que se destina principalmente a facilitar o escoamento da produção de cana-de-açúcar e arroz do Leste do Mato Grosso, elaborada pelos ministros da Agricultura, Amaury Stábilie, Mário Andrezza, do Interior, e Danilo Venturini, do Conselho de Segurança Nacional, já foi aprovada pelo presidente Figueiredo. Para os conservacionistas, isso abre um precedente favorecendo a outras tentativas de construção de obras em reservas que até agora estavam pendentes.

REAÇÃO

Durante todo o dia de ontem, houve intensa articulação entre diversas associações conservacionistas do País que chegou até em nível internacional. Maria Tereza, que este ano recebeu o mais alto prêmio concedido a conservacionistas, o Paul Getty, foi eleita, em Genebra, há dez dias, membro do Conselho do Fundo Mundial para a Vida Selvagem, presidido pelo príncipe Philip, da Inglaterra, e faz parte do Conselho Deliberativo da União Internacional de Conservação da Natureza como uma das três representantes da América Latina e Caribe.

O presidente da Associação de Defesa do Meio Ambiente — Adema — de São Paulo, José Reis Magalhães, disse ter ficado “profundamente chocado” com a medida do governo, considerando “este o mais grave desaponto proporcionado pelo atual governo no setor de conservação da natureza. Não esperava tal atitude de um governo que

multiplicou por cinco a área de parques nacionais”.

“Um golpe de força” foi a definição dada pelo presidente do Centro de Conservação da Natureza de Minas Gerais, Hugo Werneck, à autorização do governo para a Sudeco custear a construção da estrada. Ele revelou alguns detalhes de uma reunião realizada no primeiro semestre, em Brasília, para discussão do projeto. Apesar de Mauro Reis, e seu secretário-geral, Amilton Martins, não enxergaram algum beneficiado com a rodovia, segundo disseram, Werneck denunciou que um representante do Banco de Crédito Nacional participou de todas as negociações. Lembrou que tanto ele quanto o superintendente da Sudeco, René Pompeu de Pina, recusaram as alternativas apresentadas para evitar que a estrada cortasse o parque.

O plano de Werneck tem como base a construção de uma ponte sobre o rio Araguaia, acima da ilha do Bananal, que propiciaria mais retorno econômico: “Isto se o governo estivesse interessado em favorecer aquele pólo de desenvolvimento como um todo”. Segundo ele, existem dois grandes projetos agropecuários, no Norte do Mato Grosso e Sul do Pará, da Vila e Volkswagen, respectivamente, que poderiam ser beneficiados caso a via de acesso à rodovia Belém—Brasília ficasse mais ao Norte. “A estrada favorece exclusivamente o BCN, além de criar a inédita figura de uma estrada de uso público em meio a um parque nacional” — afirmou.

FALHAS

Juridicamente, os conservacionistas acreditam que há falhas na decisão de abrir a estrada, citando o artigo 3º do Código Florestal, que, para eles, se refere a áreas de preservação permanente, como as margens dos rios, e não aos parques propriamente ditos. No entanto, o ministro Amaury Stábilie cita justamente este artigo para justificar o projeto, ressaltando que ele dá permissão ao Poder Executivo federal para “a supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente”, com a ressalva de que isto poderá ser feito “quando for necessária a execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social”.

Os conservacionistas também insistem na existência de um decreto do próprio presidente Figueiredo baixado em setembro de 1979, regulamentando os parques, no qual dois artigos são

frontalmente contra a construção de estradas e alteração do regime hídrico das reservas. Na opinião do presidente da Fundação Brasileira de Conservação da Natureza, Ibsen de Gusmão Câmara, “a estrada vai formar um dique impedindo a livre circulação das águas e dos animais pelo parque. E não deverá funcionar mais do que três meses por ano, tendo em vista as águas que cobrem a área no período das chuvas”.

CONSEQUÊNCIAS

No documento que entregará segunda-feira ao presidente do IBDF, os funcionários do Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes relacionaram as ameaças que pairam sobre as reservas biológicas e parques nacionais do País, que eles acreditam irão consumir-se a partir de agora:

Parque Nacional do Pico da Neblina (Amazonas) — perdeu 80% de sua área, de 2,2 milhões de hectares, para a reserva indígena Yanomani, e um batalhão do Exército já começou a construção de uma estrada cortando a região que sobrou.

Reserva Biológica do Rio Trombetas (Pará) — deverá ter 20 clareiras abertas em seu interior para prospeção de pesquisas de minérios, autorizada pelo ministro do Interior, Mário Andrezza.

Parque Nacional da Serra da Capivara (Piauí) — o governo estadual prepara-se para construir uma estrada, cortando-o em toda sua extensão.

Parque Nacional do Aparados da Serra (Rio Grande do Sul/Santa Catarina) — uma hidrelétrica deverá inundar grande parte.

Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (Goiás) — criado em janeiro de 1961, hoje não possui mais de 60 mil dos 600 mil hectares iniciais.

Parque Nacional de Iguaçu (Paraná) — a Eletrosul pretende construir uma hidrelétrica que inundaria parte da reserva.

Além destes, o Parque Nacional de São Joaquim, em Santa Catarina, o Parque Nacional de Itatiaia e a Reserva Biológica de Poço das Antas, no Rio, deverão ser cortados por estradas, e neste último há previsão de uma barragem. Há pedido para passagem de uma linha de transmissão de eletricidade no Parque Nacional de Brasília, enquanto o Parque Nacional da Serra da Bocaina (RJ-MG) e o Parque Nacional do Caparró (MG-ES) ainda não tiveram sua área total comprada.